

Jansen Lemos Faria

Disputa pelo espaço público em Belo Horizonte

a Praça e a Praia da Estação

Resumo

O trabalho tem como objetivo apresentar uma análise sobre o evento Praia da Estação, em Belo Horizonte, traçando os contextos políticos, sociais e culturais que o antecederam. O evento materializou pautas em defesa da ocupação democrática dos espaços públicos e da participação na produção do espaço urbano, expondo o dissenso entre o Estado e a população. Procuramos mostrar que ao contexto dos problemas urbanos históricos da metrópole somaram-se as ações neoliberais de gestões municipais dos anos 2000 em diante e, posteriormente, o anúncio da capital mineira como uma das cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014, o que provocou a intensificação de ações que promoveram o esvaziamento da esfera pública. Tendo em vista o histórico de produção do espaço da metrópole, propomos, ao final, uma análise da Praia da Estação, colocando em debate a amplitude e alcance das manifestações e suas pautas em relação às limitações nos resultados obtidos.

Dissenso

Ativismo urbano

Apropriação do espaço

Neoliberalismo

Abstract

The objective of this work is to present an analysis of the Praia da Estação event in Belo Horizonte, mapping the political, social and cultural contexts that preceded it. The event materialized guidelines in defense of the democratic occupation of public spaces and participation in the production of the urban space, exposing the dissent between the State and the population. We tried to show that in the context of the historical urban problems of the metropolis were added the neoliberal actions of municipal administrations from the years 2000 onwards and, later, the announcement of the capital of Minas Gerais as one of the host cities of the 2014 FIFA World Cup, which provoked the intensification of actions that promoted the emptying of the public sphere. In view of the history of production of the metropolis space, we propose, at the end, an analysis of the Station Beach, putting in debate the breadth and scope of the manifestations and their guidelines in relation to the limitations in the results obtained.

Dissent

Urban activism

Appropriation of space

Neoliberalism

INTRODUÇÃO

O agravamento da privatização da esfera pública, que passa pelas instituições, avança sobre os espaços públicos transformando-os em meras mercadorias, em chamarizes para um público solvável e/ou em instrumentos para a manipulação do comportamento e da opinião pública. O uso da arte e da cultura como formas de requalificação (ou revitalização ou reabilitação) de espaços urbanos tidos como degradados é, neste contexto, cada vez mais comum na produção do espaço e faz parte do conjunto de estratégias apostoladas pelo planejamento urbano atual e recomendado por agências internacionais, conectando a produção do espaço urbano ao capital financeiro.

As metrópoles, contudo, têm problemas outros relacionados aos espaços que não apenas o estético (compreendido pelos governos em sentido difuso) e o modo de gestão neoliberal da máquina pública tem encontrado resistências. Assim, manifestações de ocupação em defesa do espaço público e da sua democratização têm eclodido em todo o mundo e também nas grandes cidades brasileiras. Neste contexto, pode-se debater os processos ocorridos em Belo Horizonte (MG) que culminaram nas manifestações da “Praia da Estação”, realizadas a partir de 2010 pedindo a revogação do decreto que proibia a realização de quaisquer eventos na Praça da Estação.

Localizada na região central da cidade, a praça e seu entorno foram objetos de intervenções urbanas ao longo da década de 2000 visando a melhoria estética, de ambiência e mobilidade urbanas. Com a escolha de Belo Horizonte como uma das cidades-sede da Copa de 2014, vê-se o aumento da preocupação dos governantes acerca da publicização dos problemas e insatisfações urbanas por meio de protestos.

De acordo com o que será exposto no presente trabalho, tem-se aqui a compreensão de que a Praia evidencia o elevado grau ao qual chegou o problema da quantidade, qualidade, localização e falta de democratização de usos dos espaços públicos em uma metrópole nacional. Este evento permite também questionar o papel da chamada classe cultural na exposição de problemas urbanos ou, por outro lado, o seu papel na consolidação de processos de elitização de espaços.

O presente trabalho tem como objetivo contribuir para os debates acerca dos usos e apropriações dos espaços públicos por manifestações e protestos artísticos e políticos, fenômeno de caráter nacional e observado também em outros países. Tendo em vista o contexto brasileiro de evidentes desigualdades socioespaciais, quais são as análises possíveis da Praia da Estação na metrópole mineira?

A REQUALIFICAÇÃO DA PRAÇA DA ESTAÇÃO E RECENTES OBRAS URBANAS

A Praça da Estação, como é conhecida popularmente o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça Rui Barbosa¹ (Figura 1), localiza-se na região do centro de Belo Horizonte (BH). A praça foi construída junto com a Estação de Trem no mesmo ano de fundação da cidade, em 1897. Era, portanto, a porta de entrada da recém-inaugurada capital mineira. Atualmente, o Conjunto abarca os espaços de duas praças (separadas pela Avenida dos Andradas), o Museu de Artes e Ofícios (MAO), sediado na antiga Estação de Trem (que por anos permaneceu fechada), e a entrada da estação de trem metropolitano, além de outras edificações e monumentos.

A Estação de Trem tinha seu acesso pela rua Aarão Reis. Porém, mesmo com o fechamento da sede da antiga estação, esta rua continuou sendo uma referência no transporte popular, abrigando pontos de ônibus que conectavam o centro às periferias da cidade. Assim, nas últimas décadas do séc. XX as áreas da Praça e entorno contavam com a presença de comércio e serviços voltados às camadas economicamente mais baixas, como vendedores ambulantes, pessoas que ofereciam carroto (frete) e feirantes, além de grande área ocupada por vagas de estacionamento.

O crescimento da cidade e o deslocamento das elites para a região centro-sul concomitante ao abandono de diversas edificações as ligadas à estação ferroviária contribuíram para o gradual aspecto de degradação da área. A região passou a abrigar pessoas em situação de rua e a ser classificada por autoridades, parte da mídia e dos intelectuais locais como espaço inseguro e cuja degradação ameaçava o patrimônio edificado. Esta narrativa estabeleceu-se como base para os pedidos de “revitalização” da praça e seu entorno (RIVERO, 2015, p. 53-54).

Iniciou-se, em 2001, a reforma da sede da antiga estação, bem como a reforma de outras edificações e monumentos integrantes do Conjunto que foram realizadas através de PPP (Parceria público-privada) e doações. Segundo informações do próprio MAO², a instalação do Museu teria “motivado a requalificação” da Praça, com a retomada de projetos debatidos (e não realizados) nas décadas de 1980 e 1990 para a recuperação daquele espaço (HOFFMAN, 2014, p. 544). Em 2003, o então prefeito Fernando Pimen-

1 Patrimônio tombado pelo IEPHA-MG. Decreto nº 27.927/1988.

2 Disponível em: <<http://www.mao.org.br/sobre/>> Acesso: 20 nov. 2017.



Figura 1:
Conjunto da
Praça Rui
Barbosa

Fonte: <<http://www.belarq.com.br/?portfolio=praca-da-estacao-boulevard-arrudas>> Acesso em: 22 nov. 2017.

tel (2002-2008) assinou um acordo com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento) para o financiamento do plano de requalificação do Conjunto. No ano seguinte, o projeto foi incluído no programa municipal “Centro Vivo”³, que tinha por objetivo “reabilitar” o hipercentro de Belo Horizonte. A reforma procurou recuperar a imagem da Praça como porta de entrada da cidade.

Tanto a reforma e instalação do Museu quanto grande parte do acervo presente foram doações do Instituto Cultural Flávio Gutierrez e da “colecionadora e empreendedora cultural” Angela Gutierrez. A família Gutierrez tem grande influência em Minas Gerais (seu estado de origem, mas têm negócios por todo o mundo) através de sua principal empresa, a empreiteira Andrade Gutierrez. O Grupo Andrade Gutierrez foi responsável ou participou de obras de grande porte em BH e no Estado, com destaque para o trem metropolitano, a Cidade Administrativa e obras viárias (responsáveis pelo crescimento da empresa nos primeiros anos de operação). Ganhou evidência por participar das reformas de estádios para a Copa do Mundo de 2014⁴.

3 Programa Centro Vivo. Disponível em: <http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/vivaocentro/usu_doc/belo-horizonte.pdf> Acesso: 20 nov. 2017.

4 Arenas Maracanã (RJ), Beira-Rio (RS), Mané Garrincha (DF) e Arena Amazônia (AM). Ver mais em: <<http://www.andradegutierrez.com/>> Acesso: 03 nov. 2017.

Em 2004 houve a reinauguração das praças do Conjunto. Com a cidade carente de espaços públicos qualificados, prontamente a Praça da Estação foi tomada por diversos setores da sociedade em eventos culturais, algo que se tornaria cada vez mais constante nos anos seguintes. O Museu foi inaugurado em 2006, um ano antes de serem finalizadas as obras na Avenida dos Andradas, que foi reformulada pela proposta da implantação da Linha Verde, conjunto de obras viárias para facilitar o deslocamento do centro ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves. Cabe salientar que a implantação da Linha Verde resultou na remoção de centenas de famílias com impasses na remuneração dos afetados (PEREIRA, CAMPOS, p. 50-64, 2009).

Em 2007 o Programa de Requalificação da Área Central de Belo Horizonte foi reformulado e passou a reconhecer o Conjunto da Praça Rui Barbosa como espaço de promoção da arte e cultura, objetivando conectá-lo a equipamentos culturais do entorno, como sedes de companhias de teatro e uma casa de cultura. Concomitante às obras, o comércio informal que antes ocupava a localidade foi deslocado através de instrumentos jurídicos e policiais para “shoppings populares” próximos à Praça, deixando-a exclusiva para a circulação de pedestres.

A priori, as seguidas obras de requalificação urbana realizadas no hipercentro de Belo Horizonte, sobretudo na região do Conjunto Paisagístico e Ar-

quietetônico da Praça Rui Barbosa, podem parecer obedecer à estratégia global da espetacularização de áreas de valor cultural local visando atrair turistas com consequente elitização do espaço. Houve, com a alteração do espaço, uma alteração também no tecido social, bem como do cotidiano da localidade. Contudo, “O Baixo Centro de Belo Horizonte (...) experimenta, nos últimos anos, uma apropriação diferente e renovada, compartilhada com os usos tradicionais da região” (JAYME, TREVISAN, 2012, p. 370). Observa-se que a requalificação, especificamente, não expressa essa estratégia, pois usuários são residentes locais, pessoas em situação de rua, pequenos e médios comerciantes, representantes da classe cultural, usuários dos transportes públicos e clientes tanto dos shoppings populares quanto dos estabelecimentos de lazer e cultura voltados à classe média e alta, além de jovens e estudantes de diferentes graus de escolaridade que frequentam o MAO e outros equipamentos culturais da região (JAYME, TREVISAN, 2012; HOFFMAN, 2014). A população em situação de rua, que geralmente é a mais afetada pelas obras urbanas de reforma, mesmo que aparentemente em menor quantidade e mais afastadas dos espaços de destaque da região, ainda permanece nas proximidades. Ou seja, a ampliação dos perfis de usuários do Baixo Centro não conflitou diretamente com os antigos usuários.

Podemos perceber que houve um conjunto de atos jurídico-políticos que visaram criminalizar, expulsar ou cooptar a classe de trabalhadores informais, moradores de rua e manifestantes que utilizavam (utilizam) a região Centro-Sul. Assim, as reformas urbanas engendradas pela prefeitura na região do Conjunto da Praça Rui Barbosa não são o maior fator no processo de relativa “limpeza” observado, mas sim a utilização de diferentes esferas do poder público que, alinhados, formam uma espécie de dispositivo que pode ser caracterizado como higienista.

Dessa forma, não se pode afirmar que houve gentrificação a partir das obras supracitadas. Consideramos que, sobre a tentativa de “limpeza social” engendrada, cabe mais ser chamada de higienismo, devido ao seu claro objetivo de aperfeiçoamento da imagem da cidade, do que de gentrificação, pois não acarretou em mudanças substanciais das características residenciais e de consumo na região.

Ainda assim, o processo de higienismo não foi tão “perverso” na região da Praça Rui Barbosa quanto em outras metrópoles ou até mesmo em outras regiões de Belo Horizonte, como repressões às ocupações e movimentos populares de luta pelo direito à moradia⁵ que ocorreram concomitante à parte das

obras. Podemos apontar os serviços prestados nas proximidades, bem como a característica do comércio local como fatores de resistência a esse processo. Isso se dá através da própria Estação de Metrô, localizada atrás da Praça, que conflui, inevitavelmente, um grande volume de pessoas, mantendo a Praça movimentada e atraindo o comércio popular (bares, lanchonetes, mercados populares, brechós, etc.). Há também a proximidade com os shoppings populares (com destaque para o Oiapoque), que também pode ser elencado como um fator de permanência de parte da classe trabalhadora que, antes das obras, ocupava seus espaços. Mesmo que o trabalho tenha se deslocado alguns quarteirões, os trabalhadores ainda utilizam dos serviços da região da Praça.

Como nos sugere Harvey (2006, p. 171): “Numa região metropolitana, devemos considerar a formação da política de coalizão, a formação da aliança de classes, como base para algum tipo de empreendedorismo urbano”. Dessa forma, apesar da necessidade de maiores estudos sobre o caso específico das reformas urbanas empreendidas na década passada, podemos observar indícios do uso que as elites locais fazem do poder político e econômico que possuem para direcionarem os gastos públicos de acordo com seus interesses.

Os primeiros indícios são os tipos e localizações das principais obras, que obedecem à lógica revelada por Villaça (VILLAÇA, 1985, p. 5-13; VILLAÇA, 2015, p. 31-36) na qual a localização é o produto. Esse indício pode ser observado sobretudo em obras de mobilidade urbana que priorizam a agilidade de deslocamentos dos moradores das regiões ricas da cidade, tais como as ações da Linha Verde. Outra situação na qual podemos observar esse arranjo entre agentes produtores do espaço são as intervenções urbanas de revitalização e ampliação de espaços públicos que melhoram a qualidade de vida nos bairros ricos.

Ou seja, a narrativa de valorização dos espaços de arte e cultura da cidade – que são tendências globais – quando acionadas pelo poder público em um país de capitalismo semiperiférico e de instituições historicamente dominadas por elites econômicas como o Brasil, tende a obedecer à ordem vigente que, no caso, é a de direcionamento desse poder para a manutenção das condições privilegiadas de determinadas classes sociais. Esse é o caso do conjunto de obras e de ações da municipalidade observadas neste trabalho. A produção do espaço urbano mostra-se, portanto, cada vez mais distante de uma democracia

no abandonado. Tornou-se emblemática por sua organização e resistência às ações da prefeitura. Ver mais em: <<http://ocupacaodandara.blogspot.com.br/>> Acesso: 21 nov. 2017.

5 A ocupação Dandara iniciou em abril de 2009 em um terre-

popular ou até mesmo da obediência aos anseios da população (comumente mal interpretados).

Dessa forma, mesmo antes de concluídas as obras supracitadas, surgiram questionamentos com relação ao modo de gestão das obras e da cidade, sobretudo com a chegada de Márcio Lacerda (2009-2016) à prefeitura, quando os conflitos com os movimentos sociais e artísticos aumentam e tornam-se ainda mais evidentes. Das questões levantadas por ativistas políticos, sociais e culturais, podemos destacar: i) o modo de realocação dos vendedores informais; ii) os interesses políticos e econômicos envolvidos nas obras, decorrentes da proximidade entre os agentes dos poderes públicos e os empresários mineiros; iii) a perseguição jurídico-policial aos vendedores ambulantes e pessoas em situação de rua; iv) se houve – e em qual grau – um processo de gentrificação e/ou higienismo e, posteriormente; v) os motivos da proibição de eventos na Praça da Estação.

Assim como o planejado, a Praça da Estação tornou-se, no final dos anos 2000, a porta de entrada e um cartão postal da cidade, ajudando a compor a imagem desejada pelos agentes do poder público. A Praça passou a ser palco de dezenas de eventos artísticos, tanto espontâneos quanto organizados pelo poder público ou em parcerias com empresas privadas. Atividades artísticas ocorriam também nas imediações da Praça, como o Duelo de MC's (ativo desde 2007), realizado embaixo do Viaduto Santa Teresa (marco da cidade que liga o centro comercial a bairros tradicionais e compõe o Conjunto da Praça Rui Barbosa). A região passou a ser considerada, então, como um “corredor cultural” da cidade⁶, tendo a Praça como seu pólo central. Como desejado pela municipalidade, as reformas na Praça da Estação resultaram em uma maior utilização e diversificação de usos.

DISPUTA PELO ESPAÇO PÚBLICO: A INTRODUÇÃO DO DISSENSO

À época das obras no Conjunto da Praça da Estação e seu entorno, entre 2001 e 2007, a prefeitura buscava promover o turismo local e usar a valorização da cultura como uma narrativa de ação positiva na cidade. Ou seja, o espaço público foi visto mais como expressão física da presença do Estado do que como espaço para a realização da vida pública e do comum, como na interpretação de Lefebvre: “Desde as origens, o Estado se exprime pelo vazio: espaços às escâncaras,

6 Ver mais em: <<https://pracalivrebh.wordpress.com/2011/05/>> Acesso: 03 nov. 2017.

enormes avenidas, praças gigantes, abertos aos desfiles espetaculares” (LEFEBVRE, 1999, p. 102).

Todavia, na gestão de Márcio Lacerda, Belo Horizonte havia sido confirmada como uma das sedes dos jogos da Copa do Mundo FIFA de 2014 no Brasil e, portanto, a valorização da imagem da cidade passou a ter a importância de atrair um público solvável e investimentos internacionais, colocando BH no mapa do circuito turístico esportivo e cultural internacional. Neste contexto, a municipalidade recrudescu suas ações contra pessoas em situação de rua, comércio informal e movimentos de luta por moradia, pois davam materialidade à parte dos problemas urbanos enfrentados pela população belorizontina e foram vistos, então, como entraves à estética desejada. Ameaças de remoção de comunidades passaram a compor o cotidiano político da metrópole.

Concomitantemente, o prefeito passou a tomar decisões unilaterais que afetaram diretamente a classe artística, como a suspensão do programa Arena Cultura⁷ (criado em 1998) e o anúncio do cancelamento⁸ do tradicional Festival Internacional de Teatro Palco & Rua de Belo Horizonte (FIT-BH). Dessa forma, os eventos artísticos passaram a ser – ainda mais – locais de questionamentos políticos.

Em dezembro de 2009, com a justificativa de que o crescente número de eventos e seus participantes não permitiu à municipalidade garantir a segurança e o conserto dos eventuais casos de “depredação do patrimônio público” na Praça da Estação, o prefeito realizou o ato político-jurídico de proibir “a realização de eventos de qualquer natureza na Praça da Estação”⁹. O Estado novamente intervém no espaço procurando esvaziá-lo de seu sentido político, antevendo a possibilidade de tomada da Praça por manifestantes e suas reivindicações e ressignificações. Como afirma Magalhães (2015, p.48), “O problema da democracia para este grupo [neoliberais] seria justamente este: como manter o governo protegido das intempéries das vontades e interesses pouco razoáveis das maiorias”. Reitera-se, assim, o esvaziamento da rua no que a dota de sentido para além da mera circulação (LEFEBVRE, 1971, p. 182).

De caráter autoritário, o decreto n° 13.798 cau-

7 As atividades foram retomadas no final de 2010 e o programa se tornou propaganda política para a reeleição da gestão, em 2012. Ver mais em: <<http://www.otempo.com.br/divers%C3%A3o/magazine/em-prol-da-arena-da-cultura-1.226097>> Acesso: 21 nov. 2017.

8 O FIT-BH foi realizado meses depois, após a revisão do cancelamento.

9 Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1017732>> Acesso: 03 nov. 2017.

sou imediata repercussão entre os belo-horizontinos, gerando notícias nas mídias e debates em blogs e redes sociais. O blog Vá de Branco¹⁰ convocou para sete de janeiro de 2010 um encontro na Praça da Estação para reunir os descontentes em relação ao decreto e à política municipal.

O chamado atentava para a falta de espaços capazes de receber grandes públicos de forma gratuita e abordava ainda a questão da localização, já que o decreto proibia eventos especificamente naquela praça, deixando de fora praças pertencentes a bairros e regiões mais elitizadas, como a Praça do Papa (local com constantes eventos, como o Festival Internacional I Love Jazz). Além disso, deve-se considerar também que as reformas urbanas realizadas por gestões anteriores previam, exatamente, o uso da Praça como local para apresentações artísticas e encontros de natureza diversa. A ideia da chamada era uma ação de desobediência ao decreto na qual todos vestissem branco e fossem debater e protestar. Cerca de 50 pessoas atenderam ao chamado, dentre eles representantes de coletivos artísticos e culturais:

(...) os presentes deliberaram por constituir um movimento apartidário em prol da cultura belo-horizontina, assim como se discutiu sobre questões e processos vivenciados pela cidade, como, por exemplo, a questão da gentrificação de limpeza social do Centro de Belo Horizonte visando à preparação para a Copa do Mundo de 2014 (OLIVEIRA apud MOTTA, 2014, p. 41).

Podemos observar nesta fala duas questões importantes. Primeiro quanto ao descontentamento dos manifestantes em relação às ações da municipalidade, mesmo antes da proibição de eventos na Praça da Estação, com a dita “gentrificação” e a “limpeza social”. A segunda é a percepção territorial que os manifestantes têm pois, apesar de terem como estopim uma decisão sobre uma praça central, os “processos” descritos são “vivenciados pela cidade”, em sua totalidade. Observa-se que o decreto proibitivo foi uma dentre outras ações da prefeitura que provocou um aumento da sensação de perda de espaços coletivos com potencial cultural e de apropriação por parte da população urbana já espoliada. Este foi o estopim para as manifestações que agregaram diferentes coletivos em um interesse comum: a luta pelo direito de uso do espaço público e, no limite, pelo direito à cidade¹¹.

10 Disponível em: <<http://vadebranco.blogspot.com.br/>> Acesso: 20 nov. 2017.

11 Direito à Cidade compreendido aqui não da forma estriti-

O Vá de Branco serviu para gestar a ideia de mais encontros e deu origem ao blog Praça Livre BH¹². O caráter aberto e plural dos encontros e da lista de e-mails fez surgir diferentes demandas para as futuras manifestações. Foram as listas de e-mails que tornaram “mais visíveis as tensões entre radicalidades e desejos de ação” (MOTTA, 2014, p. 41-42). Inspirados no forte calor que fazia no verão belo-horizontino de janeiro de 2010 e na experiência com outras manifestações culturais em BH, nas quais a temática da praia estava presente¹³, os coletivos optaram por algo que causasse um estranhamento na população, chamando atenção para as pautas propostas. Decidiram criar uma “praia” no centro da capital mineira. Um dos manifestantes afirma, em entrevista ao coletivo Imagina na Copa:

A praça é a nossa praia. A praça é o nosso espaço de convivência, de encontro, de manifestação. Então, é impossível que exista qualquer instrumento jurídico e normativo que impeça o cidadão livre de viver essa experiência que a praça proporciona¹⁴.

Duas questões culturais da população belo-horizontina devem ser contextualizadas. A primeira diz respeito à dimensão cotidiana do decreto, que afetaria a famosa vida boêmia da capital mineira, pois esta demanda ocupação de calçadas e praças com mesas de bar e rodas de música, de modo que o decreto despertou os manifestantes para a importância dos espaços públicos em seu cotidiano¹⁵. A segunda é a relação imaginária dos mineiros com o mar, que pode ser ilustrada na frase de Benedito Valadares, governador do Estado na Era Vargas: “O mar brame e ruge porque não consegue banhar Minas Gerais” (VALADARES apud MOTTA, 2014, p. 19).

A Praia da Estação seria um ato estético-artístico de ativação do imaginário mineiro, de retomada de um cotidiano compartilhado no espaço público e como uma provocação às autoridades municipais, com debates políticos e rodas de conversa, utilizan-

tamente lefebvriana (LEFEBVRE, 2001), mas em sua leitura atual de acesso aos equipamentos, bens e serviços da cidade, bem como à mobilidade e à moradia.

12 Disponível em: <<https://pracialivrebh.wordpress.com/category/prai-da-estacao/>> Acesso: 20 nov. 2017.

13 Ver mais em: <<http://www.otempo.com.br/pampulha/reportagem/cinco-anos-de-praia-1.971376>> Acesso: 20 nov. 2017.

14 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5354OiTR07E&t=15s>> Acesso em: 20 nov. 2017.

15 Vide o movimento musical mineiro “Clube da Esquina”. Formação de músicos que se encontravam em determinada esquina após noites de shows e conversas em bares e restaurantes da capital.

do-se da infraestrutura oferecida pela Praça após a sua reforma: um sistema de chafarizes e espaço para receber milhares de pessoas. Assim, uma semana após o Vá de Branco, em 16 de janeiro de 2010, chagavam ao centro da cidade dezenas de pessoas vestidas com roupas de banho e portando guarda-sóis, cangas, cadeiras de praia e isopores com bebidas e comidas. Muitos chegavam fantasiados, faziam performances e compunham rodas de conversa sobre arte, cultura e política.

Havia a preocupação sobre como o policiamento local reagiria, tendo em vista a proibição imposta pelo decreto e também o histórico policial de repressão a manifestações políticas. Segundo Nuno Manna em relato ao Blog Praça Livre (meio de divulgação dos primeiros atos da Praia da Estação), a princípio os policiais acompanharam os integrantes tentando dispersá-los em diálogos amparados na lei recém-imposta e chegaram a cercar a praça com fita de isolamento para, posteriormente, desligar os chafarizes. Os “banhistas” advertiram que “um tanto de gente reunida, a rigor, não configurava um evento” e se organizaram para trazer um caminhão-pipa ao evento (artifício utilizado em outras edições da Praia, como pode ser visto na Figura 2), garantindo sua continuidade.

Até que encontraram um raciocínio engenhoso para esvaziar a praia: cadeiras e barracas são mobiliário urbano; se tem mobiliário urbano na praça, é evento; e evento não pode. Mas a resistência se saiu com um contra-argumento não menos esperto: na praça não pode, mas, se o mobiliário não ficasse no chão da praça, não estaria na praça. E lá se foram os manifestantes segurando cadeiras e tendas no ar¹⁶.

Através das situações e contextos acima descritos, fica evidente o embate argumentativo-estético entre o que Rancière (1996) chama de “polícia” e a “política”, sendo a primeira representada aqui pela força policial em si e a segunda pela ação dos manifestantes. A

16 NUNO MANNA, Blog Praça Livre, 06 março de 2012. Disponível em: <<https://prcalivrebh.wordpress.com/category/prai-da-estacao/>> Acesso: 20 ago. 2017.



Figura 2: Praia da Estação em 2012.

Fonte: Priscila Musa, 2012.

força policial procurou defender a lógica vigente de distribuição dos corpos nos espaços amparando-se no decreto proibitivo. Os manifestantes, por outro lado, procuraram introduzir um deslocamento semântico através do deslocamento espacial da praia e do seu conjunto de elementos para um local inusitado, tencionando os significados das localidades.

A região central juntamente à centro-sul, apresentam – e não acidentalmente – alto valor da terra e populações majoritariamente de classe média e média alta, respectivamente. Desta forma, ocupar uma das praças do centro ou centro-sul da cidade torna-se ainda mais significativo, pois tem o viés simbólico de “tomada” de um dos espaços que constituem a imagem da capital e amplia o escopo do protesto.

A questão simbólica ganha importância nessas localidades não só pela população que mora nas proximidades e as frequentam, mas também porque há uma construção cotidiana da imagem da cidade a partir dessas localidades por meio da mídia e do poder público, que buscam representar o que é Belo Horizonte em imagens símbolo, em cartões-postais como o da Praça da Estação.

Fica evidente essa construção ideológica da imagem da cidade quando observado o modo de representação das distintas perspectivas sobre o uso do espaço, pois são colocados como antagonistas¹⁷, quais

17 Esse antagonismo é histórico, como mostrado por Elena Rivero (2015). Para ilustrá-lo, podemos citar as manchetes do jornal O Estado de Minas de 18 de junho de 2000 e de 06 de novembro de 2013, respectivamente: “Pacto para salvar a praça”, de Samuel Vargas, e “Corredor cultural para salvar a Praça da Estação”, por Sara Lira. Ambas descrevem uma degradação do espaço com destaque para as pessoas em situação de rua que o ocupam.

sejam: os usuários dos modais de transporte coletivo e do comércio popular do entorno; pessoas em situação de rua; moradores da região; poder Estatal; frequentadores dos eventos artísticos. Assim como Villaça (2012; 2015) descreve sobre a cidade de São Paulo (SP) e seu centro imagético nas mídias hegemônicas: “A realidade é que a classe dominante considera que o centro que for seu (e não o da maioria) será o centro da cidade” (2012, p. 60). A Praça da Estação é, portanto, um espaço em disputa.

Como o evento é divulgado através das redes sociais e do “boca-a-boca”, os grupos que o compõem são de amigos, colegas de estudo ou do trabalho, sobretudo os ligados à “classe cultural”: atores e atrizes, fotógrafas (os), publicitários (as), artistas plásticos (as), arquitetos (as), músicos (as), etc. A presença desta classe foi essencial para a conformação do caráter carnavalesco que do evento. Buscou-se retomar o elemento lúdico, função essencial da cidade e que, segundo Lefebvre (1971), tem sido cada vez mais apartado das ruas e calçadas e posto em espaços determinados.

O evento cresceu e passou a ocorrer quase semanalmente, com grande apelo midiático. A municipalidade não conseguiu impedir que o debate se tornasse uma pressão popular maior e, em maio de 2010, procurou dirimir os efeitos políticos do decreto proibitivo assinando um novo no qual os eventos na Praça da Estação poderiam acontecer, mas mediante o pagamento mínimo de R\$9.600,00 (Decreto Nº 13.961, de 04 maio de 2010). Este novo decreto foi ignorado pelos manifestantes, que continuaram a realizar a Praia da Estação.

Segundo Lefebvre (1999, p. 127), “Mostrando como as pessoas vivem, a crítica da vida cotidiana instala o ato de acusação contra as estratégias que conduzem a tal resultado”, qual seja, a “constituição de uma cotidianidade, lugar social de uma exploração refinada e de uma passividade cuidadosamente controlada”. Cabe observar, então, que o novo decreto foi ignorado pois, a esta altura, a crítica da vida cotidiana introduzida pelos manifestantes já havia transformado as condições de produção do espaço social, promovendo a ruptura da linearidade temporal pretensamente pacificada no espaço da Praça da Estação pelo decreto de 2009. Desse modo, a ruptura se deu por meio do deslocamento semântico proposto e pela potência política transformada em ação pelos manifestantes, que materializaram na Praia um conjunto de insatisfações com relação ao cotidiano politicamente esvaziado dos espaços públicos e o modo de gestão da máquina pública em BH.

A legislação já não era consenso entre a população belorizontina e em 2011 foi decretado, enfim, o que passou a ser chamado de Lei da Praça Livre,

permitindo eventos “de pequeno porte” nos espaços públicos da cidade (Lei Nº 10.277/2011 e Decreto Nº 14.589/2011). No entanto, a Praia chegou a contar com 5 mil pessoas em uma só edição e a prática de ocupação e apropriação dos espaços públicos com finalidades coletivas e festivas retirou do aparato jurídico, mesmo que pontual e momentaneamente, as possibilidades de controle externo ao popular.

Os manifestantes passaram a participar também de outros eventos, dando maior visibilidade aos ocorridos embaixo do viaduto Santa Tereza ou em outras localidades da região, sobretudo aos relacionados ao carnaval de rua. Há, na verdade, sobreposições e entrelaçamentos de representantes dos coletivos e de suas temáticas, todas ligadas à democratização do espaço urbano (direito à moradia, coletivos culturais e políticos), demonstrando que houve uma retroalimentação entre os movimentos e que, apesar de existirem divergências, havia o sentido comum de ocupar os espaços e reivindicar uma cidade passível de apropriação pelas pessoas.

O evento se popularizou, mas as pautas políticas perderam força e o evento foi gradualmente sendo neutralizado. Mostra disso é que a Praia acabou sendo incluída na programação cultural oficial de sites de eventos¹⁸, da grande mídia local¹⁹, e até em blog de moda²⁰. Após as reiteradas falhas em coibir a Praia (MOTTA, 2014), a prefeitura passou a apostar, com certo sucesso, na cooptação das manifestações e das lideranças na elaboração de uma agenda oficial de eventos da cidade. Ou seja, o dissenso introduzido pela Praia foi absorvido e tomado pelo Estado como forma de confirmar e delimitar a territorialidade dessa classe média²¹ e artística. A Praia teve como legado mais visível influenciar a reativação dos espaços públicos para manifestações artístico-culturais como o carnaval de rua, que passou de 20 blocos de rua em 2011 para 350 em 2017 por influência direta da Praia (AGÊNCIA BRASIL, 2017). Contudo, como afirma Rocha:

É uma relação de classe, totalmente. A Praia é um evento de classe. Não estou falando que isso é ruim, mas é uma evidência. Para mim a questão da Praia tem um recorte de classe a ponto de que

18 Disponível em: <<http://www.guiabh.com.br/programacao/prai-da-estacao>> Acesso: 21 mar. 2017.

19 Disponível em: <<http://noticias.r7.com/minas-gerais/fotos/cliques-de-fotografo-revelam-musas-da-prai-da-estacao-em-bh-17012015#!/foto/7>> Acesso: 21 mar. 2017.

20 Disponível em: <<http://www.lilianpacce.com.br/moda/modarua/prai-da-estacao/>> Acesso: 21 mar. 2017.

21 Aqui utilizamos no sentido amplo, referindo aos profissionais liberais, intelectuais, funcionários públicos, artistas, pequenos empresários e etc.

ela virou um espaço fetiche da classe média artística de Belo Horizonte, virou uma coisa assim: “como você não conhece a praia?” Era quase: “Como assim você nunca foi ao Inhotim?” (...) as pessoas não conseguiam pensar em nenhum outro tipo de organização ou de ação que não fosse o de fazer a Praia (ROCHA apud MOTTA, 2014, p. 59).

Devido ao alcance midiático e tendo em vista o poder de mobilização do evento, a Praia teve sucesso na revogação do decreto de 2009 e na articulação de outras manifestações e eventos culturais. Contudo, o caráter estético carnavalesco, essencial para a atenção e adesão ao movimento, de certa forma se sobrepôs ao sentido político de ocupar os espaços da cidade. Como relatado por Rocha: “Na lista de e-mails tem uma hora que eu falo: ‘Galera, larga a Praia, deixa o negócio morrer, acabou... Vocês ficam desenterrando o morto. Vamos fazer coisa nova, tem uma cidade inteira para ser ocupada’ ” (ROCHA apud MOTTA, 2014, p. 45-46).

Percebe-se que havia certo apelo na organização do movimento em ampliar as manifestações para além do centro da cidade, onde a infraestrutura urbana é historicamente privilegiada. Contudo, a Praia da Estação se manteve em uma esfera fechada de reivindicações majoritariamente concernentes a uma classe média e artística da cidade. Mesmo quando o evento saiu da Praça da Estação, ele se manteve na região central, ocorrendo na Savassi, um bairro da classe econômica alta. Outro exemplo está na configuração dos blocos carnavalescos de BH:

As pessoas ocuparam as ruas, mas ainda há um questionamento sobre quem está na rua. Porque o carnaval é puxado e feito em sua maioria pela classe média. Então, hoje a gente precisa pensar outras questões: como enegrecer os blocos, como aproximar a periferia da festa, dar voz às minorias²².

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No âmbito do conflito exposto pela Praia da Estação, podemos identificar que a arte e cultura são usadas de duas maneiras distintas, de acordo com as características político-ideológicas de cada lado da disputa: como base para a narrativa oficial dos gestores públicos para justificarem as obras de requalificação do espaço urbano central; ou como forma dos manifestantes chamarem a atenção da imprensa e população

em geral, visando uma pressão popular que pudesse reverter o processo de higienismo (de relativo insucesso) e esvaziamento político dos espaços públicos.

Seguindo as críticas de Rocha supracitadas e observando-se as reações midiáticas e populares na cidade, podemos inferir, ainda, que um fator de ampliação do alcance do evento em sua exposição midiática foi o perfil de classe dos agentes envolvidos (classe média e classe cultural). Tanto a localização quanto os participantes e mesmo grande parte dos consumidores das mídias que reportaram o movimento são de classe média que, em outras palavras, tem o “poder” de ser ouvida. Podemos questionar, como reflexão, se a exposição do evento com a disputa pelo espaço engendrada pela classe média, quando desvinculou-se de seu escopo político maior, não é responsável, guardadas as proporções, pela falta de espaço (em diferentes âmbitos) para o debate dos problemas urbanos das classes mais pobres, como os despejos ocorridos por ocasião das obras viárias e da Copa, a restrita mobilidade urbana ou a espoliação urbana²³ pela qual passa diariamente a maior parte da população belorizontina.

Portanto, cabe-nos perguntar qual é a contribuição de um movimento da classe média “cultural” que deseja ser político sem se aprofundar nas questões políticas sistêmicas? A resposta passa, possivelmente, pela consideração de que a Praia conseguiu fazer emergir conflitos escondidos sob a névoa aparentemente pacífica da produção do espaço urbano. A Praia tencionou, por meio de um movimento político-artístico o olhar do cidadão para a forma de produção do espaço e para a cotidianidade (na compreensão lefebvriana supracitada) imposta por uma sociedade marcada pela funcionalização dos espaços e da vida, o que dificulta a apropriação dos espaços e a efetiva participação popular. Se, como observa Lefebvre (2001, p. 128), “O problema é restituir a festa transformando a vida cotidiana”, a Praia foi um importante movimento na busca por essa restituição.

A Praia não discutiu o capitalismo ou a sua face/fase do neodesenvolvimentismo brasileiro, no contexto dos governos petistas de 2003 a 2016 (ALVES, 2017). O movimento debateu, utilizando-se da arte como ferramenta de sensibilização, algo mais próximo da realidade das populações urbanas: o comum, aquilo que está presente no cotidiano e que deve ser visto como ligado ao estabelecimento de sociabilidades. Os desdobramentos da Praia da Estação em debates e movimentos questionadores dos problemas urbanos e culturais mais amplos são externalidades que, contudo, não devem ser vistas como desvincilhadas da narrativa original do movimento, da colocação de um ponto de dissenso.

²² Di Souza, maestro do bloco Então Brilha (AGÊNCIA BRASIL, 2017).

O ativismo urbano artístico mostrou, pela Praia, seu poder de movimentação e de exposição de problemas. Ocupou e abriu espaços para os debates acerca dos usos da cidade. Ainda que não permanentemente, subverteu a lógica cotidiana (da cotidianidade) e abriu rachaduras do possível, pela lógica lefebvriana (LEFEBVRE, 1999), permitindo a efetiva apropriação de um espaço público que sofreu uma tentativa verticalizada de controle e esvaziamento. Observando-se o contexto atual das metrópoles brasileiras, ações como a Praia devem ser valorizadas pois buscam tirar da sombra a lógica empresarial de gestão do Estado nas políticas urbanas. Fazem lançarmos o olhar sobre o cotidiano e a função primordial do espaço público como local de constante conflito, encontros e trocas. Fazem estabelecer, portanto, a cidade em seu potencial agregador e de afirmação de uma sociedade verdadeiramente democrática.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA BRASIL. **Ocupação do espaço público levou ao ressurgimento do carnaval de BH.** O Tempo, 11 fev. 2017. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/ocupação-do-espaço-público-levou-ao-ressurgimento-do-carnaval-de-bh-1.1434678>> Acesso em: 07 nov. 2017.
- ALVES, Giovanni. **Neodesenvolvimentismo e Estado neoliberal no Brasil.** Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2013/12/02/neodesenvolvimentismo-e-estado-neoliberal-no-brasil/>> Acesso: 07 nov. 2017
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2006.
- HOFFMAN, Felipe E. **Museus e revitalização urbana: o Museu de Artes e Ofícios e a Praça da Estação em Belo Horizonte.** Caderno Metrôpoles, São Paulo, v. 16, n. 32, pp. 537-563, nov 2014.
- JAYME, J. G.; TREVISAN, E. **Intervenções urbanas, usos e ocupações de espaços na região central de Belo Horizonte.** *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, v.12 n.2, 2012
- LEFEBVRE, Henri; GAVIRIA, Mario (Org). **De lo rural a lo urbano.** Barcelona: Península, 1971.
- LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana.** Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- _____. **O Direito à Cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.
- KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana.** São Paulo: Paz e Terra, 1979.
- MAGALHÃES, Felipe N. C. **O neoliberalismo e a produção do espaço na metrópole: subjetividades, insurgências e redes na economia política da urbanização contemporânea.** Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.
- MOTTA, Thálita. **Praia da Estação: carnavalização e performatividade.** Dissertação (mestrado em Arte) – Escola de Belas Artes, Universidade Federal De Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.
- PEREIRA, D; CAMPOS, L. A. **A Linha Verde na Região Metropolitana de Belo Horizonte: projeto de modernidade e empreendimentos.** *Revista Geografias*, v. 5, n. 2, p. 50-64, 2009.
- RANCIÈRE, Jacques. **O dissenso.** In: NOVAES, Adauto (org). **A crise da razão.** São Paulo: Companhia das Letras, p. 367-382, 1996.
- RIVERO, Elena L. **Um espaço, várias praças: Conflitos e disputas em torno da Praça da Estação.** Dissertação (mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal De Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.
- VILLAÇA, Flávio. **A terra como capital (ou a terra-localização).** *Revista Espaço & Debates*, São Paulo, ano v, nº 16, p. 5-13, 1985.
- _____. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. In: **Reflexões sobre as cidades brasileiras.** São Paulo: Studio Nobel, 2012, p 43-71.
- _____. **O território e a dominação social.** *Revista Margem Esquerda*, São Paulo, nº 24, p. 31-36, 2015. ■

Jansen Lemos Faria é arquiteto e urbanista pela Universidade Federal de Viçosa, mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Atualmente é arquiteto na J+T Projetos e trabalha com projetos arquitetônicos para o reassentamento da comunidade de Paracatu de Baixo em Mariana-MG.
jansenfaria@gmail.com